

DOS UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS: NOTAS DE ANÁLISE DOS UTENSÍLIOS PARA/DO MÉTODO MÚTUO NO BRASIL (1827-1828)

OF THE NECESSARY UTENSILS: TOOL ANALYSIS NOTES FOR/FROM MUTUAL METHOD IN BRAZIL (1827-1828)

Luiz Tiago da Silva Gomes 1
Washington Dener dos Santos Cunha 2

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal investigar e analisar a trajetória do Método Mútuo no Brasil na primeira metade do século XIX e sua presença na História da Educação Brasileira através do Compendio explicativo sobre o Método do Ensino Mútuo, produzido em 1828 e outras fontes documentais. Em geral, também objetivamos refletir sobre as deduções e inferências que os processos históricos, principalmente no tema da História da Educação, permitem produzir. Em 1827 foi promulgada a Lei Geral de Instrução Pública que mandou criar em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, escolas de primeiras letras com a oficialização do Método Mútuo de ensino. Focalizamos, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), os procedimentos e utensílios utilizados para o ensino da população no Império brasileiro.

Palavras-chave: Método Mútuo. Lei Geral de Instrução Pública. História da Educação.

Abstract: The main objective of this article is to investigate and analyze the trajectory of the Mutual Teaching Method in Brazil in the first half of the 19th century and its presence in the History of Brazilian Education through the Compendio explicativo sobre o Método do Ensino Mútuo, produced in 1828 and other documentary sources. In general, we also aim to reflect on the deductions and inferences that historical processes, especially in the field of the History of Education, can produce. In 1827, the General Law on Public Instruction was enacted, which ordered the creation in all the most populous cities, towns and places of first instruction, with the officialization of the Mutual Method of teaching. Using Content Analysis (Bardin, 1977), we focused on the procedures and tools used to teach the population in the Brazilian Empire.

Keywords: Mutual Method. General Law on Public Instruction. History of Education.

-
- 1 Graduando em Pedagogia (pela UERJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8485816892732553>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3531-8107>. E-mail: gomesluiztiago@gmail.com
 - 2 Licenciado e Bacharel em História (pela UERJ), Mestre em História Política (pela UERJ) e Doutor em História Social (pela USP). Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU/UERJ). Diretor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU/UERJ) – Mandato 2024/2027. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6690742939121621>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5995-8593>. E-mail: wdener@uol.com.br

Introdução

O contexto pandêmico vivenciado e ainda recente na memória mundial apresentou fortes exigências de análise e discussão das *artes do fazer* docente. Como também, apresentou exigências da discussão acerca do espaço escolar, dos materiais e métodos. A presença em sala de aula mudou-se para a presença online nas aulas virtuais (retomas, assíncronas ou síncronas). O quadro, as cadeiras e os demais utensílios escolares durante um breve tempo (embora, para quem vivenciou foi um tempo longo) tornaram-se obsoletos.

A reflexão sobre o que significa “isso de ser professor” (Larrosa; Rechia, 2018, p.14) ocupou parte da preocupação de professores, alunos e da sociedade. Da maneira que ocupava a preocupação com a memória da educação (Ariés, 1990), isto é, com a História da Educação sempre foi palco para as discussões de pesquisadores e professores universitários da Educação e da História, principalmente. Embora não seja objeto de discussão neste trabalho, devemos apontar a maneira à qual a sociedade deu atenção à Educação. Se observássemos o que circulou nos veículos de imprensa online e em aplicativos, por exemplo, seria possível afirmar que a atenção com a Educação estava alicerçada com as preocupações mercadológicas e neoliberais defendendo cada vez mais as agendas de privatizações com a alegação que as escolas públicas não continham recursos para assegurar o ensino online. De fato, não havia. Mas essa condição é reflexo de questões políticas e econômicas. Os discursos de cunho sensacionalistas que responsabilizam os professores por todos os fracassos sociais *porvir* - a desigualdade, a violência, a falta de acesso a bens básicos, falta de condições de acesso e permanência à escola, mal desempenho nas avaliações em larga escala-, quando são, afirmamos novamente, responsabilidade do Estado. Criou-se no imaginário de crianças e adolescentes a ideia de atraso.

A pesquisa e estudos na área da História da Educação investigam, compreendem, e apresentam os percursos que os processos históricos, econômicos, sociais, culturais desempenham na formação da ideia de educação para cada contexto. E, assim, consolidam o que compreendemos como memória e cultura da educação do determinado contexto (Ariés, 1990; Julia, 2001). Esse movimento, onde estamos inseridos, posiciona lentes de observação no passado para compreender parte do presente. Segundo Dener (2023),

A relação da História com a Educação tornou-se um elemento fundamental na abertura de uma frente de estudos na qual a História da Educação avançou nas questões sobre desigualdade, poder, gênero, patrimônio, identidade, práticas, cultura etc., dando sentido ao passado e ao presente, numa relação de mão dupla, reforçando o que já os fundadores dos Annales, Escola Francesa que renovou os estudos históricos, diziam: só é possível compreender o presente a partir do passado e vice-versa (Dener, 2023, p.7).

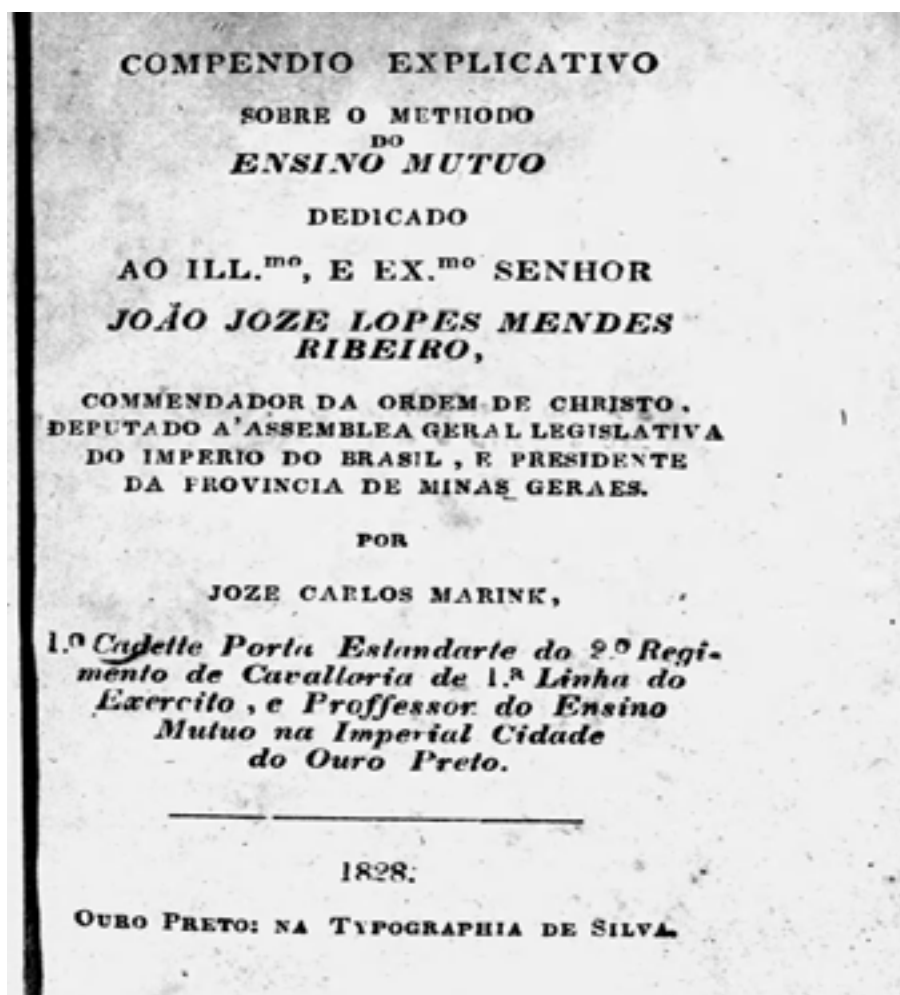
Neste trabalho, objetivamos indagar e inferir arquitetura da sala de aula e os usos de determinados utensílios e para o ensino de primeiras letras pelo Método Mútuo, ou Monitorial ou ainda Método Lancaster, com a promulgação da Lei Geral de Instrução Pública de 1827. Nesses termos, as concepções de cultura escolar oferecem subsídios de reflexão. A tese de Agustín Escolano (1999 *apud* Vidal, 2005) condensam as ideias que traçam nossas reflexões; segundo Vidal (2005), Escolano compreende e distingue a cultura escolar em três aspectos:

A primeira, empírica, também considerada como prática ou material, era produzida por docentes, cotidianamente, no exercício da profissão. A segunda, científica, apresentada ainda como pedagógica, era elaborada pela investigação acadêmica, no seio das universidades e das ciências da educação. A terceira cultura, política ou normativa, referia-se à organização das escolas, ao conjunto de regras que governam seu funcionamento (Vidal, 2005, p.33)

Nos debruçamos, para entender, a prática docente em 1827 e 1828 no *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*, por José Carlos Marink, 1º Cadete Porta Estandarte do 2º regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército e Professor do ensino mútuo na cidade de Ouro Preto (Imagem 1). Portanto, trabalhamos com uma Fonte, produzida em um determinado contexto e com determinadas finalidades - que não explicam a totalidade das práticas docentes no Império, porque: foi um material encomendado pelo Presidente da Província de Minas Gerais, João José Lopes Mendes Ribeiro, com pouca impressão e circulação; por consequência, não poderiam explicar totalmente as práticas atuais.

Nesse sentido, a ideia de cultura escolar converge com a possibilidade de reconhecer o *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo* como objeto de análise da cultura escolar prática ou material e política ou normativa, uma vez que o material analisado oferece bases de organização do espaço escolar e da prática cotidiana.

Imagem 1. Capa do *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*. Minas Gerais, 1828



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (1828).

Nesse cenário, poderíamos questionar: O que ficou enraizado na ideia de educação? O que poderia mudar com a reflexão? Como a arquitetura e os objetos formam a identidade do aluno? Como se constitui uma noção de educação? Quais são as relações disciplinares que as janelas das escolas desempenham na formação? Consideramos, com base no que diz Foucault (2017) sobre localizações funcionais, que as janelas “se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (Foucault, 2017, p.141).

A solenidade da aula também é tema de nossas reflexões. Segundo Larrosa e Rechia (2018)

A aula constitui o aluno em aluno (e idealmente em professor) e constitui o professor em professor. O fato de que a aula tenha algo de solene [...] é muito importante para isso. Na sala de aula não se pode fazer qualquer coisa nem se pode dizer qualquer coisa. A sala de aula também é uma cápsula atencional muito interessante, distinta de qualquer outra (uma sala de teatro, de cinema...). **Na sala de aula é preciso prestar atenção** (Larrosa; Rechia, 2018, p.72-73).

Podemos considerar que, em ambos os cenários, encadeiam uma forma de memória e cultura escolar disciplinar. Segundo Julia (2001), devemos tomar ciência que, “as relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história” (2001, p.1). Retomando a concepção de cultura escolar enquadrada neste trabalho, Julia (2001) define cultura escolar como

um **conjunto de normas** que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e **práticas coordenadas** a finalidades que podem variar segundo as épocas. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (Julia, 2001, p. 2).

Dener (2023) nos alerta para

O fato é que nenhuma realidade histórica se apresenta ao pesquisador, muito menos o documento fala por si próprio. É necessário fazer uma construção científica do documento, na qual sua análise seja um meio de reconstituição do passado, ou algo próximo (Dener, 2023, p.8).

Não investigamos, neste trabalho, por exemplo, os agentes¹ - os interesses do presidente da província de Minas Gerais com a encomenda do *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo* nem investigamos demasiadamente o professor que o produziu. As informações investigadas foram extraídas do próprio material. Para compreender determinadas finalidades com instrução no período selecionado nos amparamos de outras pesquisas e de bibliografias: Bastos e Faria Filho (1999)²; Schwarcz (2002³); Inácio (2003)⁴; Neves (2003)⁵; Olivato, (2022)⁶;

Segundo Dener (2023) “o campo de estudos da História da Educação tornou-se multifacetado” (p.10), as chaves que permitam a observação da centralidade de objetos, da arquitetura, das ideias de educação e sociedade para a pesquisa e ensino em História da Educação são, com efeito, recontextualizadas e debatidas interdisciplinarmente. Metodologicamente trabalhamos com a Análise do Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

No campo da pesquisa e ensino em História da Educação a escolha pela proposta da Análise

1 Não conseguiríamos pesquisar documentação de alunos para compreender a memória e cultura da educação no período trabalhado (1827- 1828). Segundo Julia (2001, p.15), “os exercícios escolares escritos foram pouco conservados: o descrédito que se atribui a este gênero de produção, assim como a obrigação em que periodicamente se acham os estabelecimentos escolares de ganhar espaço, levaram-nos a jogar no lixo 99% das produções escolares”.

2 BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

3 SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca de Lisboa: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

4 INÁCIO, Marilaine Soares. O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

5 NEVES, Fátima Maria. O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808 - 1889). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

6 OLIVATO, Laís. Um projeto educacional nas Independências: A circulação do plano de ensino mútuo na América do Sul (1810-1830). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

de Conteúdo está correlacionada às potencialidades interpretação das fontes e de inferências. Para Caimi e Mistura (2021), a estrutura organizacional de procedimentos de análise também tem sido justificativa para a escolha nas pesquisas em História da Educação.

Segundo Caimi e Mistura (2021),

Análise de conteúdo, pode-se dizer que esse instrumental se consolidou entre os séculos XIX e XX como um referencial de análise inicialmente quantitativo, útil para uma variedade de campos do saber. Nesse intento, ofereceu um conjunto de técnicas de organização e interpretação de dados escritos, notadamente documentos de interesse político como materiais de imprensa (impresa e radiofônica). Atualmente, os processos de análise propostos pela AC são adotados tanto em pesquisas de natureza quantitativa como qualitativa, priorizando características como a exploração, a interpretação e a inferência e utilizando-se de balizas como a quantificação, a frequência e a exemplaridade/generalização (Caimi; Mistura, 2021, p.156).

Bardin (1977, p.31) conceitua, em resumo, que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação”. Neste caso, tratamos o compêndio do ensino mútuo como um dispositivo de comunicação. Segundo o *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos ate o presente [1823], por Antonio de Moraes e Silva*

Compendio: [...] resumo mais substancial ou das noções elementares de alguma arte, sciencia ou preceito; [...] compendio da doutrina, da logica, de direito. Em compendio: resumidamente (Silva, 1823).

Portanto, o material produzido por Marink trata-se de um resumo elementar do ensino pelo Método Mútuo. Consideramos, assim, que o dispositivo, isto é, o Compêndio, analisado trata-se de um resumo de um inventário de práticas de ensino produtoras de uma cultura escolar. E de sujeitamento de sujeitos a uma forma de poder por meio de técnicas e metodologias (Revel, 2005). Para Bardin (1977) comunicação é “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ao não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p.32).

Investigar o conjunto da comunicação, isto é, emissor, receptor, emissor, forma de circulação, constitui uma primeira fase da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Trata-se, então, de investigar as informações contidas nas mensagens. No âmbito deste trabalho, investigamos as informações contidas no *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*.

Segundo Bardin, a intenção da Análise do Conteúdo é a inferência. Para a autora as inferências podem permitir a compreensão de dois problemas na pesquisa:

- a) o contexto que conduziu a produção de um determinado enunciado, “este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes a mensagem” (Bardin, 1977, p.39);
- b) as finalidades e “as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar” (Bardin, 1977, p.39).

Procedimentalmente, analisamos bibliografias que justifiquem a promulgação da Lei Geral de Instrução Pública de 1827, que cria escolas de primeiras letras no território do Brasil imperial e legitima o uso do Método Mútuo nessas escolas. Posteriormente, analisamos o *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*. Salientamos que o recorte realizado na pesquisa focalizou nas informações acerca do material, objetos e utensílios necessários para as aulas do Método Mútuo.

Bardin (1977) também aponta que “todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração [...] o texto pode ser recortado em ideias constituintes” (1977, p.105). Trabalhamos, assim, com o recorte de questões e temas que permitam o confronto entre as práticas docentes no Império e no contexto atual. Incorporamos, teoricamente, a observação das decorrentes defesas da ideia de educação como processo de racionalização e formação do indivíduo.

O “Methodo”: entre a lei e o ensino?

A Lei aprovada cinco anos após o marco da Independência do Brasil, em 1822, foi resultado, segundo Castanha (2013), no ano em que a discussão sobre a instrução da população foi preocupação dos senadores e deputados.

Consta na redação da lei:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

[...]

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

[...]

Art. 17. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrário.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr.⁷

7 BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-

Segundo Gondra e Schueler (2008) a lei propôs a demarcação dos critérios fundamentais da prática educacional nos primeiros anos do Império⁸; “sobre o quê ensinar e como ensinar” (Gondra; Schueler, 2008, p.56). Ao definir o Ensino Mútuo e o **ler, escrever, contar e crer**, a partir da gramática de língua nacional, dos princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, das leituras a Constituição do Império e da História do Brasil (Brasil, 1827), como método oficial e repertórios de saberes oficiais Estado Imperial explicita os seus objetivos: regular um sistema de ensino selando vínculos com os saberes necessários para escola primária, selando vínculos com a Igreja Católica e “criar uma história para o Brasil” (Gondra; Schueler, 2008, p.54).

Cabe advertir que a presença e a pretensão pelo uso do Método Mútuo são anteriores à lei. A discussão sobre a utilidade do Método Mútuo estava nos contornos da instrução antes do próprio marco da Independência, no Sete de Setembro.

Com a criação da Imprensa Régia em 1808 intensificou a circulação de ideias políticas, científicas, educacionais e econômicas no Brasil colônia, e, depois, no Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, em 1816. O *Correio Braziliense* aparece em 1808 como imprensa brasileira (Morel, 2005). Segundo França, Dias e Gomes (2023) as propostas para o ler, escrever e contar pelo Método Mútuo foram divulgadas e difundidas em 7 artigos publicados por Hipólito da Costa na seção *Miscellanea do Correio Braziliense* com o título Educação Elementar, em que se pretendia dar publicidade às inovações educativas.

O 3º número da *Miscellanea da Educação Elementar*, no 16º volume do periódico divulga os princípios do Método Mútuo: 1º abreviar o tempo necessário para a educação das crianças. 2º diminuir as despesas das escolas. 3º generalizar a instrução às classes inferiores da sociedade (*Correio Braziliense*, 1816, p.591). A imprensa desempenhou a importante missão de divulgar e generalizar as ideias da educação pelo Método Mútuo intermediando a criação da opinião pública (Morel, 2005).

O aparato discursivo do Método Mútuo indicava a necessidade de formação da racionalidade e formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho, questões incorporadas em decorrência da Revolução Industrial - “o sistema industrial exigia um mercado de mão de obra livre” (Foucault, 2017, p.29). Nesse cenário, o Método Mútuo triunfou como essencial para a formação da população do novo modelo econômico. Também esteve presente nos discursos a ideia de livrar as crianças carentes do ócio e, por conseguinte, evitar a criminalidade.

Segundo Bastos e Faria Filho (1999),

O método monitorial/mútuo⁹ tem sua origem na Inglaterra, no final do século XVIII, sendo posteriormente adotado na França e em outros países europeus [...]. A difusão da instrução elementar às massas trabalhadoras exigia a racionalização do ato pedagógico, pela rapidez em ensinar, pelo baixo custo, pela disciplina e ordem, pelo uso de poucos professores e vários alunos[monitores] (Bastos; Faria Filho, 1999, p.7).

Segundo Cardoso (1999), “o interesse do Estado [...] em implantar oficialmente o método nas escolas públicas começou a ser demonstrado timidamente em 1822” (1999, p.122). Na primeira edição de 1825 do periódico *Almanach do Rio de Janeiro*, consta a informação sobre uma escola do ensino mútuo criada no Rio de Janeiro (Corte) pelo Decreto de 13 de abril de 1822, sob a direção dos Tenente Coronel João Paulo dos Santos e Sargento Mór Manoel José de Oliveira. Na mesma matéria, é apresentado o número de alunos (meninos acima de 7 anos) que seriam admitidos: 270.

As informações do periódico permitem inferir sobre: a) o quadro de formação de profissionais para a instrução, tratando-se de militares; b) sobre a idade dos alunos; c) o sexo a qual era destinado a instrução até a promulgação da lei de 1827 que cita a instrução para meninas; e, d) a quantidade de alunos.

1827.htm. Acesso: 10 jan. 2024.

8 No que se refere à educação feminina, os autores destacam a tese do preconceito contida na Lei de 1827, uma vez que determina as diferenças de gênero e também “definindo funções sociais específicas para cada indivíduo” (Gondra; Schueler, 2008, p.54). Como consta na Lei de 1827, o ensino da Matemática para as meninas estava limitado às operações úteis para vida doméstica e privada. No arsenal de serventia para a vida doméstica também estava o ensino da costura e do bordado, por exemplo.

9 segundo Lesage (1999) que o método recebe o nome de Mútuo na França, no século XIX

O Decreto de 1º de março de 1823 mandou criar uma escola de primeiras letras pelo Método Mútuo para as corporações militares. Consideramos que o referido Decreto organizou o modelo pelo qual os professores do ensino das primeiras letras foram formados no Estado imperial. A escola criada para os militares funcionou como “um difusor do conhecimento do método a ser repassado” (Cardoso, 1999, p.122) para a população.

A Lei de 15 de outubro de 1827 é resultado de disputas e debates presentes no contexto do processo de Independência e da construção do Império. Estava em evidência a necessidade da formação da Nação e da nacionalidade (França; Dias; Gomes, 2023). A técnica do Método Mútuo é marcada pela rapidez e economia, pelo uso de monitores e a divisão de classes. Portanto, tratava-se de formar os brasileiros com rapidez e economia.

O método impõe que um único professor possa ensinar centenas de alunos ao mesmo tempo com a cooperação de monitores (ou decuriões). Os monitores expressam características de inovação do Método Mútuo, ocupando espaço privilegiado em relação aos demais alunos e compartilhando com o professor a tarefa da instrução dos alunos; os monitores são alunos mais adiantados na classe. Mas a posição de privilégio não é estável. O que assegura a posição aos alunos é o cumprimento das ordens e os bons resultados nos exames.

Segundo Marink (1828), o trabalho geral do método é definido pela simultaneidade da aprendizagem; “quando um escreve todos escrevem, quando um lê todos lêem, quando um conta todos contam” (Marink, 1828, p.9).

Sobre a divisão por classes, para Marink (1828, p.10) “a ordem dos alunos nas classes pelo seu conhecimento os faz conhecer, que o homem deve ocupar o lugar segundo seu merecimento”. A classe é dividida em três: a primeira classe é dos alunos que escrevem na areia; a segunda dos alunos que escrevem em ardósia; e a terceira dos que escrevem em papel. Embora haja o sistema de evolução graças ao grau de conhecimento, Marink (1828) afirma que a posição que os alunos ocupam não é estável. Por exemplo, caso o aluno que escreve em ardósia não obtenha resultados satisfatórios nos exames, ele poderia retornar à classe inferior, isto é, dos alunos que escrevem na areia. O que nos provoca o questionamento de como funcionava o sistema de conclusão da instrução elementar.

Foucault (2017) afirma que a organização dos alunos nas classes marca um conjunto de alinhamentos obrigatórios “que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades” (Foucault, 2017, p.144). A determinação dos lugares dentro da sala de aula e o reconhecimento do mérito do cargo de monitor “tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos” (Foucault, 2017, p.144).

Da aula aos *utensílios necessários*:

Para Foucault (2017) o Método Mútuo “organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem; fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (2017, p.144). É diante desse contexto de formação de corpos dóceis (Foucault, 2017) que colocamos as lentes da pesquisa sobre o *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*.

O interesse na pesquisa resulta nas inquietações com os processos de formação atuais onde os sentidos de ensinar e aprender estão em constantes transformações (Gomes, 2023). Tornou-se necessário discutir as relações da formação com os projetos de sociedade (Franco; Escolano, 1998). Como determinados sentidos e ideias de educação, sociedade e indivíduo são pensados fazem parte do gabarito que possuímos hoje para observar o passado.

No contexto do século XVIII, e início do século XIX, o progresso da sociedade e a formação do indivíduo estão correlatas à “uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil” (Foucault, 2017, p.157).

Daí a necessidade de encontrar uma prática calculada das localizações individuais e coletivas, dos deslocamentos de grupos ou de elementos isolados, das mudanças de posição, de passagem de uma posição para outra; enfim, de inventar uma maquinaria” (Foucault, 2017, p.160).

Para Marink (1828), o Método Mútuo compôs a inovação, o progresso e a modernização. Segundo Marink (1828), o Método Mútuo “tem produzido nos países mais civilizados da Europa, aonde seus felizes progressos são apresentados de uma maneira prodigiosa a sua ótima regularidade” (1828, p.7). Para o professor, o método antigo (o ensino individual) favorecia os espíritos violentos pela sua irregularidade e desordem, e, talvez, fosse responsável ainda pela existência do partido absolutista. O processo de Independência rompeu com o poder absoluto de Portugal sobre o Brasil, entretanto, ainda havia a necessidade de consolidar a ideia de Nação e nacionalidade - sob as bases da monarquia constitucional.

Com base na Análise do Conteúdo há questões centrais para a observação do *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo*. Quem e em que ocasião? Com que papel? Qual documento? Qual efeito?

De antemão, consideramos que o Compêndio marca a proposta de uniformização das práticas escolares para o ensino das primeiras letras pelo Método Mútuo. Segundo Boto (2010)

A escola vale-se dessa estratégia de uma maneira bastante específica, apresentando o conhecimento como se ela partilhasse de sua autoria; como se os conteúdos pedagógicos houvessem sido inventados e cristalizados ali mesmo, na vida escolar. Daí a **importância dos compêndios na forma escolar de se civilizar**. Eles traçam, pela escola, um **mapa orientador**, uma diretriz cultural, um veículo de apresentação do que no mundo haverá de importante. Pelo livro, o professor estuda. Por meio dele, uma dada representação do real será relatada às crianças (Boto, 2010, p.40).

Marink (1828) dedicou a produção do Compêndio para João José Lopes de Mendes Ribeiro “Comendador da Ordem de Cristo, Deputado da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil e Presidente da Província de Minas Gerais” (Marink, 1828, p.1). Essa medida, permite inferir que a produção de tal material estava correlacionada com a manutenção da escola onde Marink lecionava. Ao Presidente da Província, Marink (1828) - “afetuoso criado” - escreve que sua intenção é “apresentar ao respeitável público algumas explicações acerca do método do ensino mútuo, cujo objetivo motivou a impressão deste limitado compêndio” (1828, p.2). A impressão esteve sob responsabilidade da *Tipografia de Silva* (Ouro Preto, MG). Marink (1828) apresenta noções elementares do Método Mútuo em 36 páginas e em 108 passos divididos entre os capítulos: da aula, colocação dos objetos, **utensílios necessários**, regime, sinais, trabalho na primeira, segunda e terceira classe e trabalho geral.

Seguindo a proposta da Análise do Conteúdo (BARDIN, 2000), isolamos os elementos sobre a aula e dos utensílios necessários para inferir a forma da cultura escolar da instituição onde Marink lecionava. Viñao Franco (*apud* Vidal, 2005) considera que a cultura escolar varia de acordo com a instituição investigada.

Ao fim do passo a passo, Marink (1828) afirma:

eis aqui como se rege o trabalho do método do ensino mútuo, que sendo tão fácil apresenta de longe uma dificuldade [das] grandes para aqueles que não tem dele notícia (Marink, 1828, p.35).

Para a aula é necessária uma sala. Segundo Gomes (2023), a sala de aula institui posições e hierarquia; é graças à organização da sala de aula que o aluno reconhece a sua posição e acata a hierarquização das ações e dos saberes. Também para o autor, a sala é o espaço do alinhamento e do adestramento (Gomes, 2023).

A disposição cartográfica de uma sala de aula, seja ela qual for, é sempre uma disposição estratégica para que o professor possa dominar o aluno, pois nesta concepção de escola o aprendizado só pode acontecer sob o domínio (Silvio; Gallo apud Escolano; Fraco, 1998, p64).

Marink (1828) aponta que para a aula do ensino mútuo “é necessária uma sala, que tenha mais comprimento, do que largura, e esta será de pelo menos 36 palmos¹⁰” e a altura de 16 palmos¹¹ (1828, p.13). É importante que tenha bastante claridade, com grandes janelas. Entretanto, “as janelas serão altas, para assim privar os alunos de toda distração, quando se acharem nos semicírculos¹²” (Marink, 1828, p.13). Segundo Lesage (1999), “seja qual for o número de alunos [...] eles serão agrupados numa sala única, retangular e sem separação” (Lesage, 1999, p.14).

Nesse espaço colocasse: os bancos conforme as classes - “a 1ª é a em que os alunos escrevem na areia, a 2ª é a que eles escrevem em pedras [ardósia], e a 3ª a que escrevem em papel” (Marink, 1828, p.14) -, os bancos dos semicírculos - “o primeiro ficará à esquerda da cadeira do Professor” (Marink, 1828, p.14) -, a cadeira do professor e ponteiros. A preocupação com a economia reflete no mobiliário comum da aula, segundo Lesage (1999), os bancos são feitos de tábuas simples e sem encosto.

Para Foucault (2017, p.137), “todo detalhe é importante”. A eminência do detalhe viria a localizar, sem dificuldade, todas as formas meticulosidades da educação” (Foucault, 2017, p.137). Também para o autor, “para o homem disciplinado [...] nenhum detalhe é indiferente” (Foucault, 2017, p.137). Nesse sentido, Marink (1828) detalha - e nós recortamos - que o comprimento de todos os bancos é de 20 palmos. Os bancos são colocados em coluna da seguinte forma

O 1º é o de areia, que ficará distante da cadeira do professor 4 palmos; e de suas extremidades às paredes da aula haverá a distância de 8 palmos (visto que seu comprimento é de 20 e a largura a aula de 36). Este banco é precedido, assim como todos os demais, de outro banco que serve como assento. O 2º e o 1º da 2ª classe, que será colocado atrás do de assento da 1ª, guardando dois palmos de distância. A distância do banco de assento ao de trabalho é de meio palmo (Marink, 1828, p.18).

O banco que pertence a 1ª classe tem forma de um comprido e estreito tabuleiro, (com altura de 4 palmos e é precedido por um mais baixo) em cujo fundo se abrem dois estreitos frisos distantes um do outro, que servem para as letras que os alunos devem formar. Nas extremidades serão abertos buracos para a areia “que é um macete [para] conduzir a rotina do desmanche das letras escritas já examinadas pelo monitor” (Marink, 1828, p.17). Na 2ª classe há mais bancos, podendo chegar a 8 alunos por banco.

Quanto à cadeira do professor...

A cadeira do professor descansa sobre um tablado, mais elevado de três ou quatro palmos, que terá degraus necessários. Sobre o mesmo tablado haverá uma mesa não pequena, a qual terá gavetas para guardar utensílios (Marink, 1828, p.17).

A cadeira do professor toma a frente das classes de forma que toda a sala fique debaixo da sua vista (Marink, 1828).

Dos utensílios Marink (1828) aponta a necessidade de: coleções de tabelas, sinetas, apito, canetas, pedras, penas, lápis, papel, tinta, esponja, jarra d’água, prêmios para a emulação, placas de fixação com o número da classe e a menção EX (exame) e COR (correção), e “lugares próprios para

10 Aproximadamente, 3.657m.

11 1, 625m.

12 “Os semicírculos, ainda chamados de círculos de leitura, dão às escolas mútuas um aspecto típico e original. São, geralmente, arcos de ferro semicirculares, que podem ser elevados ou abaixados à vontade” (Lesage, 1999, p.15).

as funções naturais”¹³ (Marink, 1828, p.19). No capítulo sobre os utensílios Marink também aponta as ações para o castigo pelo Método Mútuo:

correção do delitos, que será a seguinte: privação do distinto lugar, que coubesse ao delinquente passagem de uma classe à outra inferior, passar de monitor à discípulo; tocando-lhe o prêmio [de] não o receber; ajoelhar-se em diversos lugares conforme a vontade do professor; ficar numa sala sofrendo castigo e ver ir os outros alunos para suas casas (Marink, 1999, p.17).

Conclusão

O Método Mútuo na primeira metade do século XIX e nos primeiros anos da construção do Império brasileiro correspondeu com a necessidade da formação rápida da população. A oficialização do Império pelo Método Mútuo fixava a demanda da instrução útil e disciplinar da população, como também, da formação da Nação e da nacionalidade.

A partir dos recortes do *Compendio explicativo sobre o Methodo do Ensino Mutuo* do professor José Carlos Marink, utilização do referido método atenderia a questão da instrução elementar e colocaria o país no eixo do caminho do progresso. Marink (1828) prescreve com detalhes os procedimentos gerais para o ensino das primeiras letras pelo Método Mútuo e os utensílios necessários.

Para Marink (1828) o uso das sinetas e do apito são indispensáveis; enfatiza os mais usados na aula de ensino mútuo na Corte (RJ). Para ele, “é o toque da sineta que serve para despertar a atenção dos alunos” (Marink, 1828, p.22).

O aluno deverá aprender o código dos sinais. É ao toque do sinal e da batida do pé direito que os alunos se colocarão para marchar e está concluída a aula (Marink, 1828).

Portanto, material produzido por José Carlos Marink permite inferir, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), que o Método Mútuo compôs a perspectiva da formação útil, disciplinar, obediente, rápida, eficaz e parada. Diante dessa composição, o Método Mútuo configurou a forma ideal de instrução imperial e, por conseguinte, a cultura escolar naquele contexto.

Referências

ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LEGOFF, Jacques. **A História Nova**. [Tradução: Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. [Tradução: Dora Flaksman]. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1975.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil. In: BASTOS, Maria H. C.; FARIA FILHO, Luciano. **A escola elementar no século XIX: o método monitorial**. Passo Fundo: Edupf, 1999.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Do quadro-negro à lousa digital: a História de um dispositivo escolar**. Cadernos de História da Educação - nº. 4 - jan./dez. 2005

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 2000.

¹³ Marink (1828) não cita a lousa como instrumento necessário. Contudo, considerando, que tal utensílio “povoia o imaginário de nossos tempos na escola” (BASTOS, 2005, p.134), damos destaque ao exposto por Lesage (1999): “[as lousas] são sistematicamente utilizados, especialmente, para o desenho linear e para a aritmética - medem 1 metro de comprimento por 0,70 por largura; e nas parte superior tem um metro móvel e são colocados no interior de cada semicírculo, sendo de uso constante dos monitores dos alunos” (1999, p.15).

BOTO, Carlota. **A racionalidade escolar como um processo civilizador**: a moral que captura almas. Revista Portuguesa de Educação, 2010, 23.

BRASIL. Lei de 15 de novembro de 1827. **Coleção de Leis do Império do Brasil:1827**, Página 110 Vol. 1 pt. I. Disponível em: <https://acesse.one/7J3UV> Acesso: 12 jun 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Letícia. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso na pesquisa em ensino de História. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2ª edição [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

CARDOSO, Tereza Maria R. Fachada L. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1849). *In*: BASTOS, Maria H. C.; FARIA FILHO, Luciano. **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CUNHA, Washington Dener dos Santos. História da Educação, práticas educativas e cultura escolar: aproximações. *In*: Fernando Ripe, José Edimar de Souza. **História e historiografia da educação no Rio Grande do Sul**: práticas de educabilidade e instituições educativas. Caxias do Sul, RS: Educus, 2023. – (Série estudos em história e historiografia da educação; v. 2)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. [Tradução: Raquel Ramallete]. 42ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, Rj, 2014.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GOMES, Luiz Tiago da Silva. Convite à discussão da Sala de Aula: muitos saberes e muito para falar. *In*: LIMA, Alexandre; PEREIRA, Angélica; SILVA, Elizandra (orgs.). **Olhares e vivências nos fazeres educativos**: o legado pós-pandêmico. Rio de Janeiro: CAP-UERJ, 2023.

LARROSA, Jorge; RECHIA, Karen. **P de professor**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. *In*: BASTOS, Maria H. C.; FARIA FILHO, Luciano. **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

MARINK, José Carlos. **Compendio explicativo sobre o methodo mutuo**. Ouro Preto, MG, 1828. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso: 17 maio 2023.

MEDINA, Denise; DIAS, Juciele; GOMES, Luiz Tiago. **Ler, escrever e contar no Correio Braziliense**: reforma educacional na *construção do Estado-Nação*. International Standing Conference for the History of Education, Budapeste, 2023.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Mario do Rosario Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, no final do século XIX). Autores Associados: São Paulo, 2005.

Recebido em 18 de dezembro de 2023.
Aceito em 23 de fevereiro de 2024.